ARTIGO

Representações da subalternidade em "O Deus das Pequenas Coisas"

PETÚNIA DA SILVA MAGALHÃES

ISSN 2318-3985 Volume 6
Número 12 Jul - Dez 2018

REPRESENTAÇÕES DA SUBALTERNIDADE EM "O DEUS DAS PEQUENAS COISAS"

Petúnia da Silva Magalhães
Graduanda em Português-Inglês pela Faculdade de Formação de Professores, UERJ.
Bolsista de Iniciação Cientifica da FAPERJ

RESUMO: A legitimação do controle do europeu sobre o Oriente deu-se por meio do estabelecimento de um construto negativo. Por outro lado, a própria constituição das sociedades no Oriente, em alguns casos, favoreceu a manutenção dessa subalternidade, como, por exemplo, na Índia, onde a diversidade étnica e religiosa e o sistema de castas ensejam a perpetuação de uma estratificação social estigmatizadora. Tomando por base textos de teóricos dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, este trabalho propõe a análise da representação da subalternidade em O deus das pequenas coisas (2002), de Arundhati Roy, em seus diversos aspectos: em relação ao ex-colonizador e quanto à relação entre gêneros e castas.

Palavras-chave: Subalternidade; O deus das pequenas coisas; Arundathi Roy

Introdução

O termo subalterno foi utilizado pela primeira vez na obra de Antonio Gramsci (2002) e se refere a pessoas na sociedade que são objeto da hegemonia das classes dominantes. No contexto da teoria pós-colonial, o escopo do termo foi ampliado no sentido de abarcar todas as minorias sociais que sofrem algum tipo de opressão, além de reportar-se à posição dos povos colonizados em relação à cultura dos colonizadores. Muito embora os assim denominados **Subaltern Studies** tenham iniciado em 1982, no Centro de Estudos de Ciências Sociais (CSSC) de Calcutá, como uma historiografia revisionista de movimentos campesinos na Índia colonial (CHOWDHURY, 2016, p.1), foi com Gayatri Spivak, no artigo seminal intitulado "Pode o subalterno falar?", que o termo ganhou repercussão internacional. Nesse texto, ela parte de uma crítica aos intelectuais ocidentais, em particular Deleuze e Foucault, para refletir sobre a prática discursiva do intelectual ocidental. Ao fazê-lo, promove uma autocrítica ao grupo de **Subaltern Studies**, ao qual pertence, questionando se efetivamente o subalterno tem um lugar de fala, se pode efetivamente ter voz. Spivak defende a ideia de que a fala do subalterno e do colonizado é sempre intermediada pela voz de outrem. Para Spivak, a subalternidade corresponde a "um lugar estruturado no qual a capacidade de acessar o poder é radicalmente obstruída" (GÓES, 2016, p. 94). A autora exemplifica suas ideias tomando por base a história das mulheres indianas e a imolação das viúvas. Para ela, a mulher na condição subalterna não tem voz e, ainda que tente falar, não encontra meios para se fazer ouvir.

A questão da subalternidade tem sido especialmente relevante no âmbito dos estudos culturais e da teoria e da crítica pós-colonialista, que formam um corpus teórico essencial ao exame das obras produzidas por autores oriundos de ex-colônias. Em **Orientalismo, O Oriente como invenção do Ocidente**, Edward Said (1990) descreve

o longo processo histórico através do qual o Oriente foi virtualmente construído nos intelectos e nas mentes dos acadêmicos ocidentais e demonstra que a legitimação do controle do europeu sobre o Oriente deu-se por meio do estabelecimento de um construto negativo. A subalternidade está, portanto, intrinsecamente relacionada à ideia de hegemonia, com a qual forma uma oposição binária. Oposição esta que define as relações entre colonizador e colonizado e se coloca no âmago da teoria pós-colonial, norteando o exame das obras literárias de autores que, escrevendo nas línguas europeias, são etnicamente não europeus. Pode-se dizer que a literatura pós-colonial possibilitou um novo olhar sobre o Oriente, bem como reflexões sobre as diferentes formas de subalternidade nos países que foram colonizados, como, por exemplo, a Índia. Nesse sentido, o romance **O deus das pequenas coisas** (2002), da escritora e ativista política Arundhati Roy é emblemático, pois aborda a subalternidade sob diversos ângulos, como a que é oriunda da relação de dependência cultural com a ex-metrópole, a que deriva da relação entre gêneros e aquela gerada pela relação entre classes, uma vez que a Índia ainda mantém o sistema de castas.

Vencedor do prestigioso prêmio Man Booker Prize de 1997, o romance de Roy explora um universo ficcional em que transitam personagens sem voz ou representatividade social. A fomentar a subalternidade dessas personagens, há todo um contexto criado por circunstâncias histórico-político-sociais geradas pelo legado do colonialismo, por uma rígida tradição patriarcal e pela fixidez do sistema de castas. Assim, pode-se afirmar que **O deus das pequenas coisas** é uma obra que traz à baila questões essenciais aos estudos culturais e literários contemporâneos, bem como o fato de que, apesar da passagem do tempo, alguns valores e crenças permanecem intactos na Índia contemporânea, assim como a exclusão social.

Ao contrário de muitos autores indianos, como Salman Rushdie, que emigraram para o Ocidente e escrevem sobre a Índia de um ponto de vista cosmopolita, Arundhati Roy permaneceu na sua terra natal, abraçando o ativismo social e político e tornando-se alvo de dezenas de ameaças e processos judiciais, alguns dos quais ainda se arrastam nos tribunais indianos.

Este trabalho tem por objetivo abordar a representação da subalternidade em **O deus das pequenas coisas**, de modo a demonstrar que ela se dá em três esferas: em relação ao ex-colonizador e quanto à relação entre gêneros e castas.

Quem é o subalterno?

Quem é o subalterno? De onde surgiu esse termo?Qual sua representação na sociedade em que vive? A partir dessas perguntas, neste capítulo será abordada a definição do subalterno em diferentes perspectivas, a origem dos estudos sobre o tema e a importância de Gayatri Spivak para o desenvolvimento dos assim denominados **Subaltern Studies**.

Proveniente da palavra latina "subalternus", segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, é definido como subordinado; inferior; dependente de outrem; secundário. O termo apareceu inicialmente em **Cadernos do Cárcere** de Antonio

Gramsci[1] e acreditava-se na hipótese de que a palavra "subalterno" fora utilizada com o intuito de substituir o termo "proletariado", de seus escritos realizados enquanto estava na prisão. Estudos comprovaram que a hipótese não era verdadeira, pois ao mencionar o termo em seus escritos, Gramsci também associava aspectos sociais, econômicos, de raça, gênero, religião, bem como nacionalismo e colonialismo ao significado da palavra. Assim, o termo adquiriu o sentido de se referir à camada marginal da população, àqueles que, segundo ele, estão "às margens da história" (GOES, 2016), pois estão subordinados à dominação do poder europeu.

Com base nos escritos de Gramsci, em 1982, surgiram os **Subaltern Studies**, um grupo de pensadores indianos que com o apoio do governo indiano e motivado por influências marxistas, inicialmente propunham abordar a luta de classes e questões nacionalistas. Seus integrantes eram estudiosos com interesses aprofundados em povos relacionados à classe operária indiana, à classe campestre, à transição do Império Mongol para o Império Britânico, bem como temas como filosofia e política. Dentre os grandes nomes que faziam parte do grupo, pode-se citar Ranajit Guha, Edward Said e Gayatri Spivak. Com o afastamento de Guha, os estudos foram guiados por novos caminhos devido ao protagonismo de Said e Spivak. Com embasamento nos textos de Gramsci e Marx, os estudos tornaram-se uma crítica ao pós-colonialismo, cujo os temas eram centrados em classe, gênero e trabalho.

De início, na índia, o termo "subalterno" referia-se à perspectiva dos colonizados do subcontinente asiático. No âmbito dos estudos subalternos, o termo adquiriu outra significação, referindo-se, assim, aos grupos marginais, aos excluídos, que não possuem participação representativa na sociedade devido à sua posição social. Dessa maneira, os estudos subalternos funcionaram como um meio para que o subalterno pudesse ser ouvido e para que os estudos literários pudessem ser um meio de representação significativa, mas também foi um meio de evidenciar como a colonização europeia contribuiu para manter a exclusão de alguns povos.

Ainda que, a Índia tenha sido formada por várias minorias étnicas, a história do país foi escrita em uma perspectiva colonialista e elitista. Por isso, conclui-se que a história da Índia, por si só, já é uma historiografia subalterna em relação à colonização inglesa, já que, foi contada pelo ponto de vista da parte dominante, dos colonizadores. Baseando-se nessa análise, os estudos subalternos propuseram reapresentar a historiografia indiana, com a finalidade de desconstruí-la e abordá-la pelo viés do subalterno, ou seja, da perspectiva das classes mais pobres e oprimidas, pautada pela luta dos subalternos em relação à elite.Como os estudos subalternos tornaram-se uma crítica pós-colonial. A ideia dos estudos foi ampliada para um contexto global, estendendo-se a outras partes do mundo.

1 Antonio Gramsci foi um político, filósofo e cientista político, comunista e antifascista italiano. Foi preso em 1926, pela polícia fascista e condenado a vinte anos de prisão. Durante seu período na prisão escreveu vinte e nove cadernos, dos quais possuíam temáticas vinculadas aos estudos de Gramsci, como a psicologia e a política.

A notoriedade de Spivak[2] no grupo de estudos fez com que fosse um nome importante para a representação do subalterno. Em seu livro, "Pode o subalterno falar?", ela define o "subalterno" como um termo que se refere às minorias, "aqueles cuja voz não pode ser ouvida." (SPIVAK, 2010), porém não apenas aos excluídos da sociedade, mas também àqueles que não possuem representação no âmbito social, econômico dominante, cuja visibilidade e representação política é obsoleta.

No texto, também é criticada a perspectiva do subalterno como um sujeito coletivo homogêneo e monolítico: "o sujeito aborda uma individualidade como uma subjetividade de um coletivo" (SPIVAK, 2010), enquanto o intelectual é considerado heterogêneo e diferenciado. Segundo ela, não se deve haver um sujeito soberano, pois, quando ocorre, cria-se uma concepção de premissas que padronizam o restante. Assim, busca-se problematizar a situação em que o colonizador busca falar pelo colonizado, em que o dominante busca representar o subalterno.

Em sua obra, a autora aborda a problemática sobre a representação feita por aqueles que não são subalternos. Para ela, o subalterno não é capaz de representar a si mesmo, e dois dos motivos que contribuem para isso, são o imperialismo e o capitalismo, porque ambos os fatores contribuem para que a situação do oprimido mantenha-se a mesma e que ele não possa ter seu lugar de fala. As relações de poder favorecem aqueles que a têm e oprime mais aqueles que não possuem visibilidade social ou econômica. Ela também relaciona como a globalidade contribui para diferentes tipos de dominação e exploração, o que pode fortalecer ainda mais um dominante, anteriormente favorecido. Com seu desenvolvimento crítico baseados nas ideias de Derrida, Deleuze e Foucault, também é utilizado termos marxistas[3], como vertretung (representação) e darstellung (representação) para explicar a representação do excluído.

Segundo Spivak, quando ocorre uma representação do subalterno, ela é feita por aqueles que não compreendem a situação a que o subalterno está submetido, justamente por não integrarem aquela realidade. Por isso, o lugar de fala é um lugar privilegiado, pois nem todos possuem o mesmo direito de voz. Ainda que o subalterno encontre um lugar de fala, quando ele consegue tal privilégio, ele já não é mais um subalterno, ele já alcançou uma posição social relevante. Desse modo, a elite dominante não é capaz de representar a condição do subalterno, pois ao fazê-lo representa-se um fazer do ponto de vista da classe dominante "falar por" (vertretung), cuja busca está em fortalecer interesses próprios, o que compromete a representação da realidade. Assim, o excluído tem sua existência minimizada e sua representatividade torna-se uma reapresentação, ou seja, uma encenação (Darstellung).

Por isso, como meio de combater a ideia da reapresentação por parte da classe dominante, sugere-se que sejam disponibilizados meios para que os desfavorecidos possam ser sua própria voz: "Estabelecer condições nas quais os prisioneiros seriam capazes de falar por si mesmos" (SPIVAK, 2010).

2 Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana, feminista, teórica pós-colonialista e professora de literatura comparada. Ficou bastante conhecida por sua tradução do francês para o inglês da **Gramatologia** de Jacques Derrida e por sua contribuição literária aos estudos subalternos.

3 O termo **vertretung** (representação) refere-se à representação realizada pelo Estado em relação às minorias, enquanto **darstellung** (representação) é a representação realizada por outrem, que age como porta-voz para explicar sobre a minoria que é representada.

Spivak também apresenta a situação da mulher duplamente subalterna, que apresenta tal denominação por fazer parte de um grupo social dominado, uma minoria, e pelo gênero. Já que, a sociedade moderna foi construída historicamente segundo uma ética patriarcal em que as mulheres não possuíam voz ou direitos, apenas deveres, e eram subjugadas ao homem para serem representadas. Ainda que muito tenha sido feito, a sociedade moderna permanece centrada no homem. Como exemplificação da situação feminina, ela relata o ato da autoimolação das viúvas indianas, que se sacrificam devido à morte de seus maridos, ritual praticado há anos e proveniente de escrituras antigas, ou seja, uma tradição religiosa.

Desse modo, Spivak também aborda a crise identitária indiana, como um resquício da colonização, uma vez que a sociedade abriga "uma classe de pessoas, indianas de sangue e cor, mas inglesas no gosto, nas opiniões, na moral e no intelecto" (SPIVAK, 2010). Ou seja, ainda que, a Índia tenha uma cultura própria, permanece o vestígio da colonização inglesa. Devido a esses fatos, Spivak e sua obra "Pode o subalterno falar?" tornaram-se essenciais para a compreensão do sujeito subalterno, pois, para ela, ignorar a situação subalterna é perpetuar o imperialismo.

Panorama histórico, social e político da Índia

O sistema de castas

A sociedade indiana, durante anos, foi organizada com base no sistema de castas; um sistema hereditário que era responsável pela estratificação do indivíduo, já que não existia a possibilidade de mudança social. Ao estabelecer um tipo de hierarquia social, o sistema atribuía a cada casta privilégios, deveres e, muitas vezes, um estigma.

A origem da divisão é desconhecida, mas encontram-se relatos dela nos vedas, textos sagrados antigos do Hinduísmo. Sua divisão é baseada no corpo da divindade criadora do universo, Brahma. A divisão inicia da cabeça de Brahma, em que os denominados Brâmanes, os sacerdotes, são considerados a classe mais elevada da sociedade, seguido pelos xátrias derivados dos braços de Brahma, que são os guerreiros, os vaíxias, que é a classe dos comerciantes, camponeses e artesãos derivados das pernas da divindade e os sudras, que são os servos, derivados dos pés.

À parte, existe uma outra categoria, derivada da poeira sob os pés de Brahma, que são os párias, conhecidos como "os intocáveis"[4], considerados a parte mais baixa da sociedade. A eles cabiam os serviços rejeitados pelos membros das castas, geralmente relacionados à sujeira, como a coleta de lixo e o manuseio de pessoas mortas. Por isso, os intocáveis não podem ser tocados por pessoas pertencentes a outras castas, sofrem discriminação e todo tipo de violência social.

Com o passar do tempo, ocorreram centenas de subdivisões dentro dessas castas, que não param de se multiplicar.

A divisão em castas foi abolida pelo governo indiano em 1947 e, ainda que exista alguma mobilidade social, já que em 1997 um pária foi eleito presidente da Índia e o feito se repetiu em 2017, o preconceito social mantém-se enraizado na sociedade,

4 Haridchens, haryens ou dalit.

principalmente, porque muitos sobrenomes derivam de profissões associadas às castas. Os indianos tradicionais ainda promovem casamentos apenas entre membros de uma mesma casta.

Uma breve história da Índia

País de cultura milenar, a riqueza da Índia foi o elemento catalisador para a expansão marítima nos séculos XV e XVI. O comércio de especiarias fez do subcontinente indiano um território visado. Embora o português Vasco da Gama tenha sido o primeiro europeu a re-estabelecer as relações comerciais diretas com a Índia desde a época romana, graças ao seu pioneirismo em circunavegar a África (1497-1499), interesses comerciais fizeram com que Holanda, Inglaterra, França e Dinamarca estabelecessem postos comerciais na Índia no início do século XVII.

Com a desintegração do império Mughal no século XVIII, Grã-Bretanha e França lutaram pelo controle do subcontinente e, no início do século XIX, o domínio britânico, também conhecido por Raj Britânico, tornou a Índia "a jóia da coroa". Ao assumir o controle da Companhia das Índias Orientais em 1858, a Grã-Bretanha iniciou um processo de colonização que se estendeu até 1947, quando na impossibilidade de manter a unidade política, mas percebendo a chance de preservar seus interesses econômicos na Índia, desde que evitando um conflito interno de grandes proporções, os ingleses propuseram a divisão da região entre dois estados soberanos, a União da Índia—posteriormente denominada simplesmente Índia— e o Domínio do Paquistão—mais tarde denominado República Islâmica do Paquistão.

É importante ressaltar que a maior parte do território do subcontinente sob influência britânica naquela época não era governada diretamente pelos britânicos: os chamados estados principescos tinham seus próprios governantes, intitulados marajás e nababos, que reconheciam o monarca britânico como suserano, por meio de tratados. A porção do subcontinente diretamente controlada pelo império era a região de Bengala, economicamente explorada pela Companhia das Índias.

A economia da Índia britânica foi planejada para proteger e expandir os interesses do império, porém, as elites indianas se beneficiaram das transformações econômicas. Além do comércio de tecidos, de seda, de produtos como o açúcar, o algodão, o chá, a tintura de índigo e o ópio, que contribuíram para o enriquecimento do Império, a colonização foi responsável pela construção de estradas de ferro, estradas de rodagem, canais e pontes, bem como ligações de telégrafo. Os produtos ingleses eram também comercializados na Índia, que se tornou um mercado florescente.

Quanto à organização social, o apoio das elites indianas era determinante para o império, razão pela qual não houve intervenção na hierarquia da sociedade indiana. As massas eram exploradas como mão de obra barata e viviam em penúria. Os filhos das elites, por sua vez, eram educados na metrópole e, ao retornar à Índia, buscavam ter posição de destaque no cenário político, mas não se engajavam em uma luta pela independência. Somente a partir da década de 1920, o Congresso adotou a política de não violência e resistência civil pregada por Mahatma Gandhi, e Muhammad Ali Jinnah concentrou-se na luta constitucional pelos direitos das minorias na Índia.

A formação do estado indiano pós-independência passa pela complexidade de atribuir uma identidade nacional a uma sociedade composta por grupos cujas filiações giram em torno de critérios religiosos, linguísticos, regionais e, sobretudo, de castas.

A representação da subalternidade de classe

O Deus das pequenas coisas gira em torno de um acidente que transforma a vida de toda uma família de indianos cristãos. A história é narrada de modo desordenado, intercalando passado e presente, e, desde o início, as situações apresentadas na obra são reveladas ao leitor, ainda que, inicialmente, pareçam confusas ao leitor, no decorrer da história ganham mais clareza.

Conforme Carreira (2007, p. 7) enfatiza: "os gêmeos fraternos Estha e Rahel têm uma ligação emocional tão forte que suas identidades parecem ter sido fundidas, assim como os gêmeos siameses o são fisicamente". As crianças vivem com a mãe, Ammu, uma cristã-síria, que, após divorciar-se do marido hindu, fora obrigada a retornar à casa de sua família, que tinha uma fábrica de picles. O convívio com a avó, Mammachi, otio, Chacko, e a tia-avó, Baby Kochamma, é complicado. Baby, que não gosta das crianças, as vigia o tempo todo e não disfarça o seu desagrado com a presença delas. Para ela, eles são seres híbridos e, sempre que pode, faz com que se recordem de que vivem de favor em Ayemenem.

A rotina familiar é inesperadamente alterada pela chegada de uma prima de nove anos, Sophie Mol, que, pouco tempo depois, morre afogada durante um passeio de barco. O envolvimento de Ammu com Velutha, um membro da casta dos intocáveis, complica ainda mais a situação e culmina com o assassinato deste pela polícia local, sob a acusação infundada de que estaria envolvido na morte da menina.

Ao abordar a trajetória de personagens secundárias com explícita condição de subalternidade, o romance revela o olhar da autora sobre questões cruciais, como a desigualdade social. O ativismo de Roy está presente na representação que promove da situação política e social da Índia contemporânea.

Ao contrário de outros autores indianos que migraram para o ocidente, Roy permanece em seu país natal e pode-se dizer que em seus romances, ela busca representar aqueles segmentos sociais que não possuem voz. Contraditoriamente, Roy afirmou em uma entrevista dada ao jornal online brasileiro **Observador**, "não existem 'aqueles que não têm voz', apenas existem aqueles que não são ouvidos propositadamente" (ROY, 2017). Há, no entanto, um consenso crítico de que o seu universo ficcional é a arena onde trava um embate com o **establishment**, pois, ao revelar ao leitor aspectos da política, cultura e divisão social indiana, ela colabora para uma reflexão mais profunda sobre o seu país.

No segundo capítulo da obra, a autora representa as lutas de classe existentes na Índia, por meio da narrativa da manifestação do partido comunista na cidade de Kerala, quando os trabalhadores reivindicavam melhores situações trabalhistas, bem como a dissolução do estigma causado pelo hábito de chamar intocáveis pelo nome de sua casta. No momento em que os gêmeos testemunham o ato público, a menina, Rahel, e conhece o jovem Velutha, seu amigo, em meio aos manifestantes: "Rahel viu

Velutha. O filho de Vellya Paapen, Velutha. Seu amigo mais querido, Velutha. Velutha estava na manifestação com uma bandeira vermelha. De camisa branca e mundu[5], com veias raivosas no pescoço. Ele nunca usava camisa." (ROY, 1997, p.79).

O nome da personagem ironicamente significa "branco", muito embora Velutha tenha a pele escura. Há no nome um traço da transgressão que ele comete ao relacionar-se com a filha de seus patrões. Sendo um intocável, ele jamais poderia aproximar-se da família em uma posição que não fosse subalterna.

Seu relacionamento com Ammu, aparentemente secreto, acaba sendo revelado pelo próprio pai de Velutha, que o faz em lealdade à família de Ammu e obediência à tradição, sem, no entanto, perceber que haveria um preço a pagar pela transgressão do filho. No romance, Velutha é a representação mais significativa da subalternidade de classe, justamente por ser intocável; condição social que se torna o fator responsável pela sua morte ao final do romance.

A representação da subalternidade de gênero

Em **Figurações do feminino da literatura indiana contemporânea**, Carreira afirma que

> O romance indiano contemporâneo escrito em língua inglesa tem buscado expressar as inquietações e indagações da sociedade, fazendo-se valer de imagens arquetípicas representativas, dentre elas a imagem da mulher. Ao recorrer ao discurso da memória, pautado em uma trajetória espaço-temporal, situa o sujeito feminino, representando-o socialmente (CARREIRA, 2007, p. 3).

Na estrutura patriarcal da sociedade indiana, a mulher tem um papel secundário e, porque não dizer, subalterno, uma vez que passa da tutela do pai para a tutela do marido. Muito embora a Índia seja uma democracia constitucional e, portanto, legalmente, a mulher tenha os mesmos direitos que o homem, uma visão pragmática mostra que, na maioria das vezes, ela é considerada uma cidadã de segunda classe e, por esse motivo, sujeita a maus tratos (NUSSBAUM, 2001, p. 5). Hodiernamente, as classes mais altas começam a enviar as filhas para estudar no exterior, enquanto que as que pertencem a classes mais desfavorecidas continuam submissas à tradição.

Em **O deus das pequenas coisas**, Ammu, a mãe de Estha e Rahel, chega à idade adulta sem receber propostas de casamento, já que, sua família não tinha um bom dote para oferecer à família de um pretendente. Por meio da personagem, são apresentadas ao leitor as dificuldades e exclusões enfrentadas por uma mulher na sociedade indiana devido ao seu gênero.

Embora desejosa de continuar seus estudos, Ammu teve seus planos frustrados, pois seu pai achava que não fazia sentido uma mulher ingressar na faculdade, e que uma jovem não tinha muito o que fazer além de esperar propostas de casamento. Entretanto, o irmão de Ammu teve a oportunidade de graduar-se na Inglaterra. Tal perspectiva reflete as imposições feitas à mulher indiana. Por isso, ao chegar à idade adulta e passar da "idade de casar", Ammu percebe que precisa livrar-se da família, que

5 Vestimenta masculina tradicional de Kerala.

a vê como um peso. Assim, ao visitar uma tia em Calcutá, ela conhece um homem em uma festa de casamento e, cinco dias depois, aceita o seu pedido de casamento.

Algum tempo após o casamento, Ammu descobre que seu Baba, seu marido, é alcoólatra, o que torna o casamento sem amor ainda pior. Quando, dois anos após o nascimento dos gêmeos, o chefe do marido de Ammu, um inglês, requer de Baba, como alternativa para evitar sua demissão, que "Ammu fosse mandada para seu bangalô para que ele 'cuidasse dela'" (ROY, 1997. p. 50), o casamento chega efetivamente ao fim. A recusa de Ammu é recebida com violência e ela decide voltar a morar com os pais: "Para tudo aquilo que tinha fugido poucos anos antes. Só que agora tinha dois filhos pequenos. E nenhum sonho mais." (ROY, 1997, p. 50).

Seu retorno não resulta em acolhimento, devido à condição de divorciada, e Ammu ainda tem de enfrentar a incredulidade do pai ante o seu relato, pois este julgava ser impossível que um inglês pudesse cobiçar a mulher de outro homem. A visão de Pappachi é totalmente colonizada e seu julgamento sobre o sexo oposto parte de uma visão hegemônica masculina. Seu relacionamento com a mãe de Ammu era também violento, resultando em espancamentos frequentes, razão pela qual não via na violência do genro motivo para a separação do casal.

Ammu era uma mulher que não aceitava a condição à que era submetida, por isso, sentia-se frustrada e sem perspectivas. Seu relacionamento com Velutha surge como uma válvula de escape, como uma oportunidade de ser ela mesma. Ambos sabiam que a relação era proibida e que, na perspectiva da sociedade, a felicidade de ambos não era critério para aceitação: o amor entre uma mulher divorciada, com dois filhos, cuja moral era baixa e um intocável, cuja moral nem existia, era irrelevante.

Ammu e Velutha se aproximam por experimentar um mesmo sentimento de exclusão e invisibilidade social. Ela por ser mulher e não ter alternativas possíveis segundo as normas sociais. Ele, por ser um intocável e também por não ter poder de decisão sobre a própria vida. Pode-se dizer que Ammu é uma personagem que ousa transgredir as normas que lhe impõem uma dupla subalternidade: por ser mulher e por viver em uma sociedade cujos resquícios da colonização ainda existem. Infelizmente, ao final, ela sucumbe ao sistema e morre sozinha, de uma crise de asma, em um hotel barato de periferia, depois ter sido humilhada, excluída do convívio familiar e acusada de participação na morte da sobrinha, graças ao seu envolvimento com Velutha. Essa acusação custa-lhe a separação dos filhos, que ela não suporta.

Considerações finais

Em nossa breve exposição, buscamos ressaltar os três aspectos da subalternidade presentes no romance **O deus das pequenas coisas**: a dependência cultural do ex-colonizador, da qual Pappachi é o representante mais evidente, a subalternidade feminina, que Ammu corporifica, e a subalternidade de classe, evidenciada por meio de Velutha, o intocável.

Ao criar personagens como os membros da família de Ammu, anglófilos assumidos, para quem o modelo da metrópole está cristalizado; Roy critica a sobrevivência dos valores culturais do colonizador em uma Índia independente.

A representação da subalternidade, portanto, é uma forma de denúncia, e Roy faz da literatura lócus do seu embate por uma sociedade mais justa.

Referências Bibliográficas

CARREIRA, Shirley de S. G. A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, V. 2(6), UNIGRANRIO, 2003. Disponível em: http://www.unigranrio.com.br/letrasevista/index.html

_____. Figurações do feminino na literatura indiana contemporânea. **Terra roxa e outras terras**, v.9, 2007, p. 1-10. Disponível em: http://www.uel.br/pos/ letras/terraroxa/g_pdf/ vol9/9_1.pdf Acesso em: 3 nov. 2017.

CHOWDHURY, Arnab Roy. Subaltern Studies. In: RAY, Sangeeta; Schwarz, Henry; BERLANGA, José Luis Villacañas; MOREIRAS, Alberto; SHEMAK, April (Eds.). **The Encyclopedia of Postcolonial Studies**. Blackwell Publishing, 2016. Blackwell Reference Online. Disponível em: http://www.blackwellreference.com/subscriber/ tocnode.html? Acesso em: 24 Out. 2016.

GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**, n. 26, julho de 2016.

GRAMSCI, A. **O Risorgimento, notas sobre a Itália**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461p. v.5, Cadernos do cárcere.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MÉDES, Marcelo Augusto N. Identidades de gênero em O deus das pequenas coisas, de Arundhati Roy. **Aletria**: revista de Estudos de Literatura, V.21, n.2, 2011. Disponível em: http:// www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/2211/2146 Acesso em: 15 nov.2017.

NUSSBAUM, M. C. **Women and Human Development**. The Capabilities Approach.

Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

ROY, Arundhati. **O deus das pequenas coisas**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1997].

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____.**The Spivak Reader**: Selected Works of Gayati Chakravorty Spivak. New York, Oxon: Routledge, 1996.

REPRESENTATIONS OF SUBALTERNITY IN THE GOD OF SMALL THINGS

Abstract: The legitimacy of control of the European over the East was through the establishment of a negative construct. On the other hand, the very constitution of societies in the East has, in some cases, favored the maintenance of this subalternity, as, for example, in India, where ethnic and religious diversity and the caste system perpetuate a stigmatizing social stratification. Based on the texts of the theorists of Cultural and Postcolonial Studies, this work proposes the analysis of the representation of subalternity in Arundhati Roy's The God of Small Things (2002), in its various aspects: in relation to the ex-colonizer and how much to the relationship between genders and castes.
Keywords: subalternity; The God of Small Things; Arudhati Roy.